
ATA Nº 1

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017

10 DE FEVEREIRO DE 2017

----- Aos dez dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas e quinze minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezassete. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- José Eliseu Borges Lemos – PS em substituição de Paulo Manuel Silva Codorniz – PS, Martinho Fernando de Andrade Diniz – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Norberto Francisco Ávila Messias - PS, José Sebastião Ribeiro Teixeira de Lima – PS, Verónica Dalila Moules Bettencourt – PS, Luciano Miguel Mendes de Sales – PS, Décio Manuel Lourenço Santos – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira - PS em substituição de José Manuel de Aguiar Paim – PS, Francisco Rocha – PS em substituição de Marco Euclides Lemos Martins – PS, Anália Gaspar – PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Francisco Orlando Fernandes – PS em substituição de Marco Nuno Silva Pereira Monteiro – PS, Fábio Valadão – PS em substituição de Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Alberto Sousa Diniz – PSD em substituição de Paulo Jorge Silva Ribeiro – PSD, Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade – PSD, José Carlos de Lima Meneses – PSD, Rui Avelino Sousa Martins - PSD, Maria das Mercês Borges de Meneses Monteiro – PSD, Francisco José Martins Teixeira dos Santos – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Noé de Melo Cota – PS, Cecília de Jesus da Costa Lopes Pereira Melo – PS, Miguel Alexandre Garcia – PS em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – PS, Júlia Martinha Martins Borges Faria - PS, Adélia Maria Ávila Oliveira – PS em substituição de Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, César Leandro da Costa Toste – PSD, Maura Branco – PS em substituição de Ana Rita Meneses Branco – PS, Bruno Narciso Meneses Lopes – PS em substituição de Rui Fernandes Nobre de Castro – PS, Carlos Armando Ormonde da Costa – PS, Nuno Miguel Aguiar Meneses - PS e Rui Fernando Pereira Barcelos Nogueira - PS. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Silva Codorniz – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Marco Euclides Lemos Martins – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Marco Nuno Silva Pereira Monteiro – PS, Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Paulo Jorge Silva Ribeiro – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, Ana Rita Meneses Branco – PS e Rui Fernandes Nobre de Castro - PS. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Paulo Manuel Silva Codorniz – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Marco Euclides Lemos Martins – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Marco Nuno Silva Pereira Monteiro – PS, Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Paulo Jorge Silva Ribeiro – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, Ana Rita Meneses Branco – PS e Rui Fernandes Nobre de Castro – PS, Francisco de Freitas da Costa – PSD, Filomena Maria Ferreira Barcelos Canedo – PSD e Nuno Álvaro Franco Pereira - PS. -----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Lúcia de Fátima Meneses Gomes – PS, Carla Margarida Martins Batista Silva – PS e Paulo Henrique Santos Paim Aguiar – PS.-----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Tibério Manuel Faria Dinis, Osório Meneses da Silva, Elmano Manuel Vieira Nunes, Paulo Noval Frederico e Maria Júdice Gomes Parreira.-----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o seguinte membro da Câmara Municipal: -----

----- Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos.-----

----- O **1.º Secretário** informou que, pelo facto de faltar o Sr. Presidente da Assembleia, e como previa o regimento, este era substituído pelo 1.º secretário e este pelo 2.º secretário, pelo que tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O 1º Secretário questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do Partido Socialista propôs o nome de Verónica Dalila Moules Bettencourt. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, e o resultado da votação foi o seguinte: vinte e seis votos a favor, um voto contra e três votos em branco, tendo pois o referido membro sido eleito, tomando desde logo o seu lugar na Mesa.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ATA DA REUNIÃO DE DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS – QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA:**-----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, vinte e três do PS, quatro do PSD e um do CDS-PP e três abstenções, uma do PS e duas do PSD.**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha dado entrada, na Mesa, uma proposta de inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, relacionada com a classificação da alcatra, nas suas diversas modalidades, como património imaterial do concelho da Praia da Vitória, tendo a mesma sido colocada a apreciação da Assembleia.-----

----- **O Deputado Norberto Messias** interveio e disse que a proposta surgia a pedido da confraria da alcatra, pelo que solicitava, ao Sr. Presidente da Mesa, a colocação da referida proposta a votação.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- De seguida foram apresentadas os seguintes votos:-----

----- Pelo Grupo do PS:-----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Mário Soares, um amigo das autonomias e dos Açores, lido pelo Deputado Décio Santos.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Pelo Grupo do PS:-----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Francisco Aguiar Barcelos Nogueira, lido pelo Deputado Norberto Messias.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Pelo Grupo do PS:-----

----- Voto de Congratulação, a José Tomás da Cunha e Filhos, e seus colaboradores, pela distinção, lido pelo Deputado Luciano Sales.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor, vinte e três do PS, sete do PSD e um do CDS-PP e um voto contra do PS.**-----

----- Pelo Grupo do PS:-----

----- Voto de Congratulação, à Casa de Saúde do Espírito Santo, pelo seu 50º aniversário, lido pelo Deputado Luciano Sales. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, efetivamente, a Casa de Saúde do Espírito Santo, à semelhança das outras IPSS da ilha, representava um ativo importante, a nível social, pelo apoio que davam, sobretudo, a pessoas com necessidades. Acrescentou que, no caso, estavam a falar de pessoas com patologias do foro psíquico e psiquiátrico, pelo que a nível da ilha, para o setor feminino, era a única instituição que tinha capacidade de acolher e tratar as referidas pessoas. Concluiu sugerindo que do voto, muito meritório, também fosse dado conhecimento ao Governo Regional. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Município da Praia da Vitória, à Fundação Luso Americana e à Fundação para o Ensino Profissional da Praia da Vitória, pela visão e cooperação que permitiram a abertura da Praia Links – Incubadora de Negócios e Ninho de Empresas da Praia da Vitória, lido pela Deputada Isménia Alves. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, pelos quarenta anos do aniversário do Alpendre Grupo de Teatro, lido pelo Deputado Norberto Messias. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e cinquenta e cinco minutos iniciou-se o período da Ordem do dia. -----

----- **1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016 A 23 DE JANEIRO DE 2017;** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento fazendo uma abordagem em três vertentes: -----

----- 1 – Atividades mais relevantes, desenvolvidas pelo executivo, no período em causa; -----

----- 2 – Projetos e Concursos; -----

----- 3 – Obras em curso / Empreitadas; -----

----- **A Deputada Maria Francisca Toledo** interveio e disse que gostava de colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Em primeiro lugar, no que dizia respeito ao empreendedorismo, à Praia Links e a todo o investimento que dizia que estava acontecer, gostava de saber se era possível pormenorizar as informações dadas, uma vez que à vista desarmada parecia não ter resultado prático. De seguida, e na sequência do que se havia falado como sendo a estratégia para o empreendedorismo, disse que gostava de saber se havia alguma estratégia integrada para revitalização do centro urbano, centro histórico e do comércio. Acrescentou que gostava de saber se tinha sido feita alguma avaliação de resultados do programa Vitória; naquele momento quais eram os aspetos positivos e negativos da referida avaliação; a nível de outro tipo de apoio ao comércio local, se existia alguma medida e se alguma vez se havia pensado fazer algo como plano integrado, uma estratégia porque, na sua ótica, de consumidora e de residente no centro de Santa Cruz, parecia haver ainda muita coisa para fazer. De seguida, fez referência aos parquímetros e às alterações ao trânsito que, na sua ótica, o que estava feito em relação ao trânsito não era intuitivo, era complicado, ou seja, tinham um meio urbano muito pequeno para as restrições todas que tinham. Em relação aos parquímetros, disse que tinham as ruas vazias, que se calhar fazia mais sentido terem os parques, junto ao Tribunal, junto à Marina e o parque urbano pagos do que determinadas ruas, como era o caso da Rua da Lapa e Figueiras do Paim. Acrescentou que se deixassem as ruas principais e os parques para serem pagos, quem quisesse fazer uma volta rápida tinha sempre lugar, mas colocar a Praia toda naquela situação, parecia-lhe ser um constrangimento que, naquele momento, não se justificava. Informou que aquela nem sequer era uma posição da bancada, mas sim uma posição pessoal, que já havia transmitido, mas que com o agravamento da situação lhe parecia cada vez mais evidente e, se calhar o inverso seria a solução. Relativamente à receção do turismo, referiu que viam os barcos chegarem, que se notava um esforço na receção ao turista, mas, na sua opinião, havia coisas a falhar gravemente, nomeadamente no que dizia respeito à sinalização, como por exemplo a falta de placa indicativa de passeio pedonal junto à Rotunda da Boavista, etc. Mencionou a pouca existência de ementas em inglês na restauração e a qualidade das que existiam e disse que a Câmara poderia ajudar para que nos dias em que os barcos viessem, existissem as mesmas. Apontou o estacionamento dos carros dos CTT junto à Câmara, ou seja, disse que os turistas para tirarem uma foto à Praça tinham sempre ali aquelas viaturas e que ali era o centro da cidade, que certamente haveria outro lugar para os CTT estacionarem as suas viaturas. Informou que, na sua opinião, a Praça deveria ser requalificada e que não conhecia nenhum centro histórico em que tivessem retirado a calçada e colocado aquele tipo de pedra. Referiu que não tinham grandes monumentos como Angra, nem edifícios bonitos, pelo que tinham que ser um lugar simpático, onde as pessoas ficassem com a recordação de que haviam passado uma boa tarde, que o ambiente era agradável, acolhedor, que havia alguma coisa que era característico. Disse que, naquele momento, não tinham nada característico, nem o mobiliário urbano e, às vezes, com pequenos cuidados se fazia com que o turista ficasse com a impressão de que era um sítio

agradável, bom para passear e viver e, naquele momento, o centro da Praia não mostrava nada daquilo. De seguida, referiu os aspetos positivos, nomeadamente os sorteios do Programa Vitória no Natal e disse que havia medidas que eram positivas e que eram de ressaltar, porque estavam ali também para ver o que havia de positivo. Acrescentou que havia uma situação muito preocupante, que era o facto de as empresas dizerem que iam fechar e que iam para Angra, pelo que, como já tinha ouvido dizer, só gente doida é que investia no centro da Praia. Posto isso, disse que gostava de saber qual era a posição da Câmara em relação à situação referida, porque aquela era uma situação que todos tinham que inverter. Concluiu dizendo que, relativamente à situação do Tribunal, pensava que o trabalho das instituições da Praia, até à data, tinha sido o melhor possível, mas parecia-lhe ser de interesse trazer à próxima Assembleia, de forma a ser produzido um documento que oficializasse o mesmo, porque nenhum esforço era de mais, tudo junto é que poderia levar a um bom resultado, pelo que deixava o repto, sendo certo que obtendo alguma informação a faria chegar à Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente ao investimento de três milhões de euros, ia informar um a um dos projetos. Como nota prévia, informou que os projetos que tinham acolhido, os de pequena monta, começavam com uma reunião, entre si e o interessado e, normalmente, o primeiro problema a ultrapassar era a localização. Acrescentou que o melhor e maior elemento de atratividade que vinham a ter para aquele tipo de investimentos era, efetivamente, espaços no parque industrial do Cabo da Praia. Resolvido o problema da localização, informou que aqueles projetos tratavam daquilo que era considerado um reconhecimento de projeto PIR – Projeto de Interesse Regional, porque os que o conseguiam, viam aberto um conjunto de facilidades, não só a nível do cofinanciamento que obtinham, mas também desbloqueava algumas componentes relacionadas com o próprio licenciamento da atividade para o efeito. Relativamente aos projetos em concreto, disse que dois deles já estavam aprovados, sendo que um era um Eco Resort, cujo processo já estava licenciado e a candidatura aprovada, havendo apenas um pequeno formalismo que estava a ser resolvido, ou seja, aquando da obtenção do reconhecimento do projeto PIR, foi em nome de uma entidade e, naquele momento, para interesse em termos de cofinanciamento, interessava o nome de outra entidade, pelo que estavam a alterar isso mesmo. Outro dos projetos, que andava à volta de um milhão e meio de euros, que também era muito importante pelo efeito de arrastamento que tinha, ia ser localizado, naquele caso em concreto, mesmo na zona delimitada do porto de pescas da Praia da Vitória. Acrescentou que todos sempre haviam falado nas zonas demarcadas dos núcleos de pescas das ilhas, mas só no início do corrente ano é que havia sido publicado um diploma regional que classificava as mesmas. Informou que já estava a fazer pressão há algum tempo por uma razão lógica, ou seja, quem chegava ao parque industrial, ia à AGESPI e não havia espaços para entregar, nem sequer para alugar, havia apenas dois para vender, mas estavam agarrados a penhoras bancárias, etc., ou seja, eram processos muito complexos e, no entanto, havia uma mancha enorme que existindo não fazia sentido negar-se investimentos. Referiu que o trabalho que havia

— sido feito tinha sido o pressionar à publicação do diploma já referido, depois tinha sido feito o levantamento topográfico, em cooperação com a Portos dos Açores e com o Eng. João Vargas, e fez um reconhecimento ao mesmo, uma vez que este vinha sendo incansável no trabalho que tinham feito, depois tinha sido demarcada a zona do núcleo de pescas e uma outra zona em que iam decidir a quem entregar, à AGESPI ou à Portos dos Açores, o que para si era completamente indiferente, porque já tinham um projeto de loteamento feito, no fundo para aditar um conjunto de lotes. Acrescentou que a importância disso era pelo facto dos projetos que viessem a ser localizados dentro da zona demarcada do núcleo de pescas, terem que estar associados à atual pesca, daí ser o calcanhar de Aquiles porque dos seis projetos para aquele espaço, apenas um estava associado à área, que era um projeto de secagem de algas. Adiantou que o investimento em causa era de cerca de um milhão e pouco de euros, ia ser localizado dentro da zona referida e era um armazém onde as algas eram trabalhadas e vendidas diretamente à indústria farmacêutica, que era onde havia o grande valor acrescentado. Outro projeto, cuja primeira fase era de um milhão de euros, mas a segunda fase eram quatro milhões de euros, era um projeto que não ia ficar na zona demarcada, mas sim na outra área já referida, que muito provavelmente ia dar à Portos dos Açores. Informou que a empresa era na área da construção civil e tudo o que ia fabricar era para exportação. Informou, ainda, que já havia pedido a pessoas da sua confiança que fossem verificar a fábrica existente no exterior de forma a aferirem e que os empresários em causa estavam a ponderar e a decidir vir para os Açores porque a componente dos subsídios e dos apoios era muito significativa, relativamente ao que era dado lá fora. Mencionou que havia mais dois projetos que iam para aquela zona, dois projetos de inverno de navios com características distintas. Disse que nos próximos seis meses iam ter mais seis espaços na cidade de hostels, ou seja, as pessoas estavam a candidatar-se porque iam ter que fazer obras de reabilitação. Referiu, ainda, que podia adiantar que, num futuro muito próximo, era bem possível que o Zig-Zag viesse a ser comprado e, inclusive, na passada semana já haviam reunido com o BES e com um empresário de São Miguel, que era uma pessoa que tinha hotéis, hostels e alojamento local em São Miguel.

— Informou que havia duas partes na negociação, uma delas entre o empresário e o Banco e outra com a Câmara, sendo que esta havia sido no sentido de se perceber que constrangimentos poderiam existir em termos urbanísticos para reabilitar. -----
----- Ainda o **Presidente da Câmara Municipal** e relativamente à receção ao turismo, respondeu que poderiam sempre fazer mais, mas não lhe parecia que fosse naquele área que estivessem em pior situação, porque, efetivamente muito tinha sido feito desde a primeira vez que tinham chegado. Informou que tudo começava com a informação prévia que davam a todos os empresários, da tipologia do navio que chegava, do tipo de cliente, do dia e hora que chegava, de toda a movimentação que se fazia com os meios existentes, como por exemplo o ter a Matriz aberta, etc., porque a maior parte dos espaços não estariam abertos se não houvesse a referida intervenção. Disse que tinham uma equipa de turismo que acompanhava as pessoas, mas efetivamente também achava que o que a Deputada Francisca havia dito estava certo, ou

seja, que não custava nada ter uma placa a dizer “Centro”, eram ajustes que precisavam ser feitos e que era sempre bem-vinda qualquer achega que dessem, porque queriam sempre o melhor. Relativamente à questão da revitalização comercial da cidade, disse que para além do problema do desemprego, aquele era o maior problema que tinham em mãos atualmente e o maior problema que iam ter em mãos nos próximos tempos. Disse que, relativamente à questão do diagnóstico, havia coisas que a Câmara poderia fazer diferente, bem como os empresários, porque também havia teimosia em manter coisas abertas que todos viam que eram inviáveis e, infelizmente, por vezes a renitência em fechar coisas ou mudar de área, quando dava o estoiro levava, para além das lojas, o património que as pessoas tinham. Informou que já havia tido aquela conversa com vários empresários, porque atualmente não havia tempo para orgulhos, havia sim os negócios que davam e os que não davam, as decisões diferentes que tinham que ser tomadas e outras coisas que constantemente estavam a vir de fora, que por pouco que se resolvesse, estava sempre a vir mais, como era o caso da fusão do Banif com o Santander. Respondeu que já haviam feito a avaliação do Vitória, e este tinha tido uma primeira fase, um primeiro impacto e um primeiro objetivo, ou vários, que tinha sido atingido. Disse que o primeiro era o de trazer gente ao centro da cidade, independentemente de se materializar em muitas ou poucas vendas, ou seja, combater a perspectiva do abandono, o que tinha tido um efeito muito significativo nas fases iniciais, mas que tinha decrescido com o tempo. O segundo, e pensava que tinha sido o melhor resultado do Vitória, tinha sido o terem conseguido colocar todos os comerciantes na mesma sala, de quinze em quinze dias, de forma a partilharem com eles o que poderiam fazer para os quinze dias seguintes, mas o que era verdade e era facto era que se as pessoas estavam todas de acordo quanto ao diagnóstico e quanto aos problemas, não estava a ser fácil encontrar uma solução coordenada sobre a forma de resolução. Acrescentou que uma das medidas inscritas no PREIT era financiar o projeto de revitalização comercial do centro da Praia, mas não podia ir para junto do Governo pedir apoios sem dizer o que pretendia efetuar. Disse, ainda, que havia responsabilidades que não podiam, nem deviam ser só dele e disse que pensava que o que tinha que haver era quatro ou cinco lojas âncora, mas os empresários não estavam a ser capazes de lá chegar. Acrescentou que, para além disso, tinha que haver um conceito, que naquele momento não havia no centro, e que a vantagem que o centro da Praia tinha era o facto de ser pequeno e um conceito, basicamente, tinha que ser um centro comercial a céu aberto para a família. Referiu que tinham que tentar perceber o que tinha que ser feito no pequeno centro em causa e por quem e informou que tinham disponibilidade e abertura por via da Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho, de agarrar em cinco ou seis espaços, ir buscar as referidas lojas âncora e, depois de as colocar a andar, passa-las para os empresários, mas quando começava a pegar nas atividades e informava sobre as exigências, nenhum dos empresários do centro o queria fazer. Relativamente à questão em causa, disse que quando iam, por via de uma estrutura municipal, abrir um espaço daqueles ia ter dez a gritar que direta ou indiretamente estavam ligados à atividade em causa, mas por outro lado, nenhuma delas

— tinha o efeito de âncora, de diferenciação que atraía. Acrescentou que a questão em causa ia ter que ser debatida, porque as ideias existiam e disse que não ia conseguir resolver as coisas sozinho, mas que até ao último dia que estivesse na Câmara ia fazer os possíveis para isso. Referiu que a Câmara, as empresas e as entidades a ela associadas não tinham vocação para andar a abrir lojas ou a fazer concorrência ao centro, mas se o grupo que o tinha que fazer não tinha capacidade para agarrar no início e arrancar, eles estavam disponíveis para o fazer. -----

----- Relativamente à questão do trânsito, e tendo em conta a sua opinião pessoal, disse que já haviam falado sobre o assunto, pelo que não ia entrar em questões muito profundas e disse achar que a Deputada tinha razão em determinadas coisas e noutras não. Relativamente aos parquímetros, disse achar que as coisas eram diferentes porque se os parquímetros fossem um problema, ninguém ia para Angra, uma vez que só havia parques gratuitos junto à Praça de Toiros. Acrescentou que em mais lado nenhum havia parques onde a primeira hora custava apenas dez cêntimos e que nunca os clientes tinham estacionado as suas viaturas tão próximo das lojas como agora. Referiu que, tal como já havia explicado anteriormente, não era por causa do dinheiro que não resolviam aquela situação, até porque achava que o comércio da Praia não estava com problemas devido a parques de proximidade, até pelo contrário. Disse que aquela questão poderia ser discutida dia e noite e haveriam sempre opiniões diferentes, sendo que respeitava a opinião da Deputada. Acrescentou que havia coisas que poderiam ajustar com o tempo e estava completamente de acordo com a Deputada quando se dizia que tudo aquilo tinha que entrar no mesmo pacote aquando de um projeto integrado de revitalização do centro, disse que não se podia falar no centro sem se falar em parquímetros e não se podia falar no centro sem se trazer à discussão a abertura de outras vias. Relembrou que estava no fim de uma legislatura, mas que sabiam que trabalhava como se fosse o início, pelo que podiam abrir uma discussão sobre o assunto, mas tinham que perceber que havia sempre diferentes conjuntos de interesses, ou seja, havia os interesses de quem residia, os interesses de quem tinha as lojas/o comércio e os interesses de quem vinha de fora e não era possível satisfazer os interesses de todas essas partes. Referiu que, em primeiro lugar, tinha que satisfazer os interesses de quem residia porque uma das coisas que também dava vida aos centros era as pessoas viverem nestes, em segundo lugar tinham que decidir entre as pessoas que passavam o dia inteiro na cidade e os que vinham de fora e gastavam o dinheiro, sendo que a sua prioridade sempre havia sido os que vinham de fora e não aos que colocavam, às oito da manhã, o carro à porta da loja. Posto isso, disse que da mesma forma que respeitava a opinião da Deputada Francisca, pedia a esta que respeitasse a sua, que era única e simplesmente a referida. -----

----- **O Deputado José Carlos Meneses** interveio e disse que já por várias vezes o havia feito por causa da estrada do Areiro, freguesia de Fontinhas e era com muito agrado que ouvia dizer que o assunto ia ser resolvido, porque, de facto, aquela estrada era pior do que uma ribeira. Reforçou que era com muito agrado que tomava conhecimento de que a obra em causa ia avançar. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre as várias empreitadas candidatas ao Programa 2020 e que aguardavam para

avanzar publicação de aviso, ou seja, questionou sobre quem publicava o referido aviso e em que constava o mesmo. Relativamente à questão dos projetos de construção e ampliação dos balneários, questionou se iam fazer o das Fontinhas, visto o das Lajes, São Brás e Agualva já estarem todos concluídos. Relativamente ao prolongamento da pedonal da Marginal, questionou sobre o local onde a mesma ia terminar, porque aquando da construção do acesso ao Porto da Praia, estava projetada uma segunda via paralela à atual e que não havia sido construída por causa do Paul, pelo que como é que iam fazer um acesso ao Porto de Pescas e se chegava lá, por onde passava. Concluiu, dirigindo-se ao Vereador Osório, dizendo que também queria reconhecer que já haviam terminado os muros da Canada Francisco Rodrigues, mas era preciso não esquecer de colocar o asfalto junto aos mesmos.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a publicação dos avisos era aquando da saída do regulamento dos fundos comunitários, que permitia entrar com a candidatura, ou seja, enquanto o aviso não fosse publicado não se podia concorrer. Relativamente à questão dos balneários, disse que o das Fontinhas e o de São Brás não estavam, que apenas o da Agualva estava e que o que estava referido nos documentos eram os projetos, pelo que o das Fontinhas também estava feito, apenas não estava completo porque havia algumas definições que tinham que ser tomadas do lado do clube. Acrescentou que o das Fontinhas tinha uma questão diferente, ou seja, já estava combinado e assumido, já tinha o levantamento e a relação de materiais e iam fazer com mão-de-obra própria, tendo em conta que o projeto das Fontinhas era acrescentar em cima do edifício existente e ajustar. Relativamente à ampliação da Marginal, respondeu que a questão colocada tinha que ver com questões diferentes, ou seja, no atual projeto não passava viaturas e essa era a diferença entre ambos os projetos. Acrescentou que aquando da preparação da candidatura, no âmbito do PIRUS, havia um eixo que dizia "...reforçar a ligação das pessoas com a frente marítima, com a ligação dos transportes, etc...." e que tinha sido por ali que tinham entrado, mas apenas com a parte do passeio para bicicletas e peões, ou seja, não havia tráfico automóvel para aquele lado e nas zonas protegidas era feito sob a forma de ponte, porque de outra forma nunca conseguiriam a respetiva autorização. Informou que o problema que havia e que levava a que não se avançasse com o projeto era o facto de custar seiscentos mil euros. Disse que tinham um projeto de execução feito, pronto a lançar concurso, que se fosse aprovado a parte da Câmara era meia dúzia de tostões e avançava-se com a obra, mas se no âmbito do PIRUS não viessem a aprovar, não queria dizer que não se fizesse, mas ia ser mais difícil. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que a sua intervenção era mediante o compromisso que o Município da Praia da Vitória havia feito com as Lajes, ou seja, disse que gostaria de saber se o Município da Praia tinha tido conhecimento do Boletim que havia sido distribuído na Vila Das Lajes, bem como do seu conteúdo. Acrescentou que, sabendo do conteúdo do referido Boletim, gostaria que se analisasse duas ou três situações, mas que primeiramente gostaria de saber se o Sr. Presidente tinha conhecimento do mesmo. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinha conhecimento do jornal distribuído, mas que não tinha sido ele a fazê-lo. -----

-----**O Deputado César Toste** interveio novamente e questionou, tendo conhecimento do conteúdo do Boletim, qual havia sido a intervenção do Município da Praia no Caminho Militar da Caldeira, qual estava a ser a intervenção no Museu do Carnaval e no Centro de Dia que se estava a trabalhar para se construir na Vila das Lajes.- -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente ao caminho da Caldeira tinham feito tudo o que era redes pluviais, no valor de vinte e sete mil euros, mas que, para que ficasse sem que tivessem feito alguma coisa, podia apresentar, à Junta das Lajes, uma fatura das obras feitas, esta pagava esse valor e deixava de aparecer a Praia Ambiente associada às obras. Relativamente ao Museu do Carnaval, respondeu que é que tinham cedido um colaborador. Relativamente ao Centro de Dia, disse que não compreendia aquela conversa, ou seja, não percebia o porquê da Junta ter colocado no seu manifesto aquela questão, quando não tinha nada a ver com o espaço em causa, não o tinha feito, não o tinha pago, não o mantinha, que a Câmara é que o tinha feito, desde a Creche ao espaço dos idosos, é que procedia à manutenção e apoiava. Informou que a Câmara é que estava a fazer o estudo de viabilidade económica para a candidatura do Centro de Dia, pelo que não percebia era o contrário, daí devolvia a pergunta. Posto isso, questionou com que moral e até com que verdade e credibilidade prometia, um candidato a uma Junta de Freguesia, fazer um Centro de Dia num edifício que não era seu, que não tinha responsabilidades absolutamente nenhuma e que não ia ter que fazer nada, porque os outros é que iam fazer tudo. Acrescentou que também podia escrever no seu manifesto que ia fazer um aeroporto novo e, depois, dizer que o Governo o fizesse. Referiu, ainda, que o Centro de Dia estava nas mãos da Câmara, que ia implicar obras e implicar o já referido estudo de viabilidade, que até já estava a ser feito. Continuou dizendo que, dava toda a moral para o Deputado referir e até falar nos outros dois pontos, sendo certo que em qualquer um deles a Câmara havia feito mais, ou menos, mais que a Junta tinha sido de certeza porque esta nunca havia feito nada, ou seja, no primeiro tinha sido o Governo da Republica, do PSD, que o tinha pago, e a Câmara tinha feito obra naquele troço, mas quanto ao Centro de Dia, não tinha fundamento a questão colocada, porque este só ia nascer naquele local se a Câmara estivesse dentro. Referiu, ainda, que a Junta de Freguesia nunca ia ter capacidade de o fazer, porque não tinha capacidade financeira, de propriedade e de gestão de um espaço daqueles, ou seja, estavam dependentes da boa vontade da Câmara e do Governo para que as Lajes tivesse um Centro de Dia. Disse que nunca conseguia fazer cem por cento tudo aquilo que queria, talvez ninguém, mas empenhava-se e acordava todos os dias para tentar cumprir as coisas e deu a sua palavra de que iam fazer todos os possíveis para que as Lajes tivesse um Centro de Dia, bem como os restantes compromissos assumidos, como por exemplo um parque empresarial. Concluiu dizendo que o Deputado já havia feito perguntas, por e-mail, sobre cada um dos pontos de compromisso e que as tinha respondido com todo o gosto, porque nem sempre era

possível receber e sabia que o Deputado tinha tomado a iniciativa de marcar audiência com os vereadores e com a Vice-Presidente, mas que ele sabia que havia matéria que era difícil e complexa de se tratar, mas nunca tinham desistido. Repetiu que tinha conhecimento do Boletim, mas que não era responsável pelo conteúdo do mesmo, relativamente às questões colocadas, com maior ou menor contributo, em qualquer um deles tinha havido participação, sendo que se o Boletim dizia mais do que o que havia sido feito pela Câmara ou pelo Governo, lamentava porque não havia necessidade do mesmo, mas se dizia o que realmente tinha sido feito, estava a dizer a verdade. Por fim, aconselhou o Deputado a não se preocupar com boletins da oposição, mas sim colocar o enfoque naquilo que fazia todos os dias e disse que sabia que não era fácil porque havia sempre pessoas a criticar e a julgar. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que agradecia as prontas respostas e que a sua intervenção tinha que ver com o Acordo Compromisso, sendo que nas suas questões não colocava em causa o trabalho da Câmara Municipal, nem a veracidade do mesmo. Acrescentou que tinha noção do apoio dado ao Museu do Carnaval, disse que tinham noção, enquanto Junta de Freguesia, do que haviam feito relativamente ao Caminho Militar da Caldeira e disse que para o Sr. Presidente podia não ser um projeto importante, uma vez que não passava por lá, mas era um projeto que a Vila das Lajes já ansiava há muito tempo e não era para mais que os autores do jornal em causa, haviam colocado que era um antigo anseio do PS da Vila das Lajes. Referiu que havia sido eles, que poderia também advir da influência da Câmara, e o Sr. Vereador Tibério tinha estado na reunião em que, de uma vez por todas, tinham colocado todas as pessoas em cima da Mesa e todos se tinham comprometido a saber quais as zonas da sua responsabilidade e, a partir disso, tinham desencadeado a sua diplomacia e conseguido que fosse feito o que havia a fazer, não colocando em causa o que a Câmara havia feito, pelo que o que o Sr. Presidente havia dito era verdade. Relativamente ao Museu de Carnaval, também era verdade o que o Sr. Presidente tinha dito e em relação ao Centro de Dia, disse que não havia prometido um Centro de Dia num centro inter-geracional e que o que a Dra. Andreia havia dito ao Sr. Presidente não era verdade, porque o que tinha falado com ela, primeiramente, e se ela fosse verdadeira sabia que o que lhe tinha sido pedido era uma resposta para as Lajes. Informou que tinha analisado com ela o apoio ao domicílio, um lar de idosos e um centro de dia e repetiu que não tinha prometido aos lajenses fazer um centro de dia num inter-geracional, para mais que o Sr. Presidente sabia que a situação em causa ainda não estava legalizada, o terreno ainda estava no nome da Junta de Freguesia e a casa era da Câmara, ou seja, não tinham prometido o Centro de Dia, apenas tinham procurado uma resposta. Acrescentou que a Dra. Andreia tinha dito que um lar de idosos não era possível na Vila das Lajes, devido às circunstâncias à volta, ou seja, por haver um na Praia, um em Angra, um em São Brás e um apoio ao domicílio na Vila Nova e que a União Europeia não era aquilo que defendia, por isso, e como enfermeiro que era, tinha respondido que aceitava a decisão, mediante as justificações dadas. Informou que tinha feito um segundo projeto, de um apoio ao domicílio diferenciado, que também havia sido reprovado, pelo que tinha

questionado se era possível aproveitar algum espaço do Centro de Dia, sendo que só aquando de uma reunião, no dia dezasseis de fevereiro do passado ano, com o Sr. Presidente é que se havia falado na questão em causa, porque até ali, e o Sr. Presidente sabia, nunca se havia falado dessa questão na Vila das Lajes e que o Sr. Presidente tinha dito que estava pronto para colocar aquela situação em dia. Questionou o porquê da Dra. Andreia não ter comunicado com o Sr. Presidente e disse que esta tinha ido ao centro inter-geracional e tinha falado com a equipa do mesmo. Informou que a Junta de Freguesia não queria ter mérito, apenas estava preocupada com os anseios dos lajenses, disse que não estava preocupado com o local onde ia ser feito, estava apenas preocupado em obter uma resposta. Disse ainda, que a Junta de Freguesia sabia que não podia ter aquilo à sua conta, mas tinha que fazer os possíveis para, junto da Câmara e do Governo, reivindicar o mesmo. Referiu que o Boletim em causa estava a excluir a Junta de Freguesia que tinha tido um papel importante, porque já havia passado quase quatro anos e só nos últimos tempos é que se estava a falar de Centro de Dia na Vila das Lajes. Repetiu que a única vez que se tinham reunido, havia sido em fevereiro do ano passado e chegava àquela conclusão porque, supostamente, mais nenhuma das freguesias do concelho havia recebido jornal relativamente àquela questão, sendo que achava que o Acordo Compromisso tinha sido feito com todas as freguesias do concelho. Continuou a sua intervenção dizendo que não estava a pensar em política, mas sim no bem dos lajenses e em questão de justiça e disse que:-----
-----“Considerando que a Vila das Lajes era uma vila com pessoas também praienses, é dever da Câmara intervir nas situações que é devidamente chamada; -----
-----Considerando que o acordo que a Junta de freguesia assinou com a Câmara representa um acordo com a Vila das Lajes; -----
-----Considerando que a Câmara Municipal não era candidata à Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia mostra, nesta Assembleia Municipal, o seu desagrado em consideração ao trabalho da Junta de Freguesia, das instituições lajenses e dos lajenses. Quem dinamiza, pois diz que quem dinamiza a Vila das Lajes é a Câmara Municipal e o Governo Regional, pois quem dinamiza, na nossa opinião, a Vila das Lajes não é o Governo, não é a Câmara, não é a Junta, são os lajenses, as instituições lajenses que estão todos os dias lá. Portanto, achamos incorreto que se ponha para si a dinamização de uma coisa que não é. Nós estamos aqui para servir, não para ser servidos.” -----
----- Ainda o Deputado César Toste, e para concluir, acrescentou que queria dizer só mais uma coisa que lhe deixava muita pena, ou seja, poderia não ser para o Sr. Presidente porque estava muito consciente do seu trabalho, também estava consciente do seu, mas tinha muita pena de haver pessoas que estavam a ver que o barco estava a andar e queria apanhar os louros, aproveitar-se da situação. Disse que quando tinha estado na Assembleia de Freguesia, o PSD havia apresentado propostas que tinha feito na Assembleia de Freguesia, não se tinha refugiado atrás do trabalho, do compromisso feito com os lajenses, pois aquele trabalho era um dever deles. -----
----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse achar que havia ali uma confusão qualquer, porque o que o Deputado César Toste estava a falar era de uma

revolta ou de uma insatisfação relativamente ao PS das Lajes, ou seja, não estava a ver o que tinha que ver para o assunto. Acrescentou que o Deputado César não gostava mais das Lajes do que ele, nem nunca tinha tido melhor resultado nas Lajes do que ele, pelo que a questão era as pessoas reconhecerem o que se esforçavam. Disse que estava há doze anos e que a vida não tinha começado no dia em que o Deputado César tinha chegado à Junta e informou que tinha vários ofícios, seus e da antiga Junta das Lajes, a pedir ao Governo da República a execução da obra do Caminho Militar, ou seja, aquela questão não tinha começado recentemente. Informou que anteriormente, com o Sr. Elmano na Junta, tinham reunido, juntamente com o Governo Regional, por causa do apoio ao domicílio nas Lajes, sendo que a intenção inicial era criar a estrutura na Casa das Pias, pelo que as coisas não haviam começado no dia em que o Deputado César tinha chegado à Junta, que era o que se tinha que perceber. Acrescentou que havia coisas que o Deputado estava a pedir e que, se calhar, não iam acontecer e dali a quatro ou oito anos, com outras pessoas, as coisas podiam ser feitas e o Deputado não tinha menos mérito do que a pessoa que estivesse na Junta naquela altura. Disse haverem lutas que tinham que ser começadas naquele dia, para que os frutos aparecessem mais tarde. Referiu que aquelas situações faziam parte do percurso, que o mérito e o respeito que o Deputado queria, da parte da Câmara, tinha e não tinha deixado de investir nas Lajes, como acontecia há anos atrás, por ser do PSD, até pelo contrário, as Lajes tinha muito mais volume de investimento que qualquer outra freguesia. Acrescentou que aquela situação não estava a acontecer porque nunca tinha conseguido estar daquela forma na vida, desde o primeiro mandato que até tinha sido bastante criticado no início, pelas estruturas do PS, por ter ido buscar um adjunto que tinha saído das fileiras do PSD, pelo que aquelas coisas, para si, não eram lições. Dirigiu-se ao Deputado César e disse que aquele tipo de intervenção, agradecia que a fizesse na Assembleia de Freguesia, porque não era da estrutura do PS, nem da Terceira, nem do concelho da Praia e nem das Lajes, pelo que Boletins partidários, para si, estavam fora de questão. Relativamente aos compromissos, disse que já havia mencionado o que a Câmara tinha feito e a Câmara não tinha começado no dia em que o Deputado César havia chegado a presidente de Junta da Vila das Lajes. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio, agradeceu a resposta e disse que o Sr. Presidente devia ter amor pelas doze freguesias, mas era lajense, amava a sua Vila porque tinha nascido lá e conhecia-a muito mais do que o Sr. Presidente. De seguida, esclareceu que tinha dito, no início da sua intervenção, que estava a colocar perguntas sobre o que a Câmara tinha feito, apenas isso, sendo que depois tinha arrematado fazendo os seus considerandos, mas a sua intervenção não era no sentido de saber se era menos ou mais verdade a intervenção da Câmara. Concluiu dizendo que, tal como o Sr. Presidente havia dito que tinha um comportamento bom com a Junta de Freguesia, também devia olhar como exemplo a Junta de Freguesia ter sempre um comportamento bom com a Câmara Municipal, que poderia haver opiniões diferentes, mas tinham tido sempre um trabalho em conjunto. Relativamente ao trabalho em causa, disse que queriam estar calçados, pelo que, perante as respostas obtidas na Assembleia de

Freguesia, queriam confirmar, para que na próxima Assembleia de Freguesia as coisas ficassem esclarecidas. Disse que a Assembleia Municipal era um espaço para mostrarem as suas preocupações e disse, ainda, que tinha a noção de que o que começavam poderia, eventualmente, continuar. Acrescentou que sabia que o Sr. Presidente é que havia começado o trabalho em causa, o que tinha feito e estava bastante descansado, tal como tinha continuado o projeto iniciado pelo Sr. Elmano, etc., etc., e sempre tinha feito questão de não fazer propaganda por causa disso, porque, acima de tudo, estava os interesses do povo. -----

----- **A Deputada Maria Francisca Toledo** usou da palavra e disse que queria fazer duas referências. Uma vinha na sequência do testemunho do Deputado José Carlos Meneses, no que dizia respeito ao Paul das Tronqueiras e à construção da estrada, ou seja, disse que achava que no meio daquilo tudo havia uma pequena peça esquecida, que era o pedaço da estrada, que sempre tinha existido e que era uma estrada regional normal e que atualmente parecia um prolongamento da Via Rápida, pelo que queria apenas lembrar que havia moradores lá, que já moravam lá muito antes da estrada passar e que todos os dias passavam carros a uma velocidade extrema, sendo que era necessário colocar lombas, ou alguma sinalização que obrigasse a abrandar a velocidade. Acrescentou que tratassem dos pássaros e do passeio, mas que tratassem, também dos habitantes, dos residentes e referiu que aquele era o passeio por onde passavam os turistas dos barcos, ou seja, cada vez mais havia peões na zona em causa. De seguida, disse que as pessoas tinham que ir à Praia não só pelo comércio, mas também pelos serviços, sendo que, naquele momento, as pessoas nem iam à Praia por causa de consultas médicas, iam ao médico de família nas freguesias, pelo que era uma situação que a Câmara Municipal podia tentar resolver e que não tinha que ver com lutas com comerciantes, nem com a dinamização do comércio, mas sim com os serviços que o concelho prestava e a sede de concelho tinha que prestar serviços diferenciados das freguesias, porque as pessoas tinham que ir à Praia resolver a sua vida e aí sim viam o comércio. Disse, ainda, que não era admissível que uma pessoa, fosse de que freguesia fosse, para ter um tratamento do seu Centro de Saúde, tivesse que ir à Aqualva, sendo que o Centro de Saúde estava na Praia, pelo que esta questão a Câmara tinha que trabalhar, porque trazia pessoas ao comércio e não dependia nem da conjuntura, nem dos comerciantes. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que relativamente à questão colocada, a Câmara também já tinha questionado sobre o mesmo, e as pessoas que estavam a ir à Aqualva eram as que queriam manter o Dr. Paulo Branco como médico de família, ou seja, era por opção pessoal, pelo que não podia combater aquela situação. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **2. APRESENTAÇÃO DO OFÍCIO N.º SAI-DROAP/2016/539, DATADO DE 16 DE DEZEMBRO FINDO, DA DIREÇÃO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO PÚBLICA (DROAP), RELATIVO À ALTERAÇÃO AO DECRETO LEGISLATIVO**

REGIONAL N.º 37/2008/A, DE 5 E 3 AGOSTO, NA PARTE RESPEITANTE AO REGULAMENTO DAS TOURADAS À CORDA. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para apresentar os pontos dois a seis em simultâneo, o que foi aceite. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA RELATIVA AO SALDO DE GERÊNCIA RELATIVO AO ANO DE 2016.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL – 4º TRIMESTRE DE 2016.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2016, DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, E.M..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017 DA TERAMB, E.M..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR ENTRE A TERAMB, E.M. E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Câmara** pediu autorização para apresentar os pontos sete a treze em simultâneo, o que foi aceite. -----

----- **Submetida à votação, a minuta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO PARA 2017.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor do PS e oito abstenções, sete do PSD e uma do CDS-PP.** -----

-----9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, vinte e dois do PS e sete do PSD e duas abstenções, uma do PS e uma do CDS-PP.**-----

-----10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS ESPAÇOS DE VENDA DA ZONA BALNEAR DA FREGUESIA DOS BISCOITOS.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, vinte e dois do PS, sete do PSD e um do CDS-PP e uma abstenção do PS.**-----

-----11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, vinte e dois do PS, sete do PSD e um do CDS-PP e uma abstenção do PS.**-----

-----12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO CONCELHO DE PRAIA DA VITÓRIA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO CONCELHO DE PRAIA DA VITÓRIA.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, vinte e dois do PS e um do PSD e sete abstenções, uma do PS, cinco do PSD e uma do CDS-PP.**-----

-----13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA ALCATRA, NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES, COMO PATRIMÓNIO IMATERIAL DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Para dizer que, obviamente, que o CDS se associa a esta iniciativa da bancada do Partido Socialista, pela relevância que este prato tem na nossa ilha, sobretudo no nosso concelho e, portanto, é merecedor de destaque e de classificação imaterial.”-----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram doze horas e quarenta e cinco minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezassete, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____